

A REGULAÇÃO COMO VETOR DE ADAPTAÇÃO  
INSTITUCIONAL NO ENSINO SUPERIOR  
BRASILEIRO: UM OLHAR INTEGRADO SOBRE  
QUALIDADE, LEGITIMIDADE E ISOMORFISMO

*Thiago Henrique Almino Francisco*

*Giancarlo Moser*

*Mouhamadou Moustapha Seck*

*Camila Ferreira*

*Ana Claudia Moreira Issa*

<http://dx.doi.org/10.18616/interfaces03>

## INTERFACES ENTRE AVALIAÇÃO E GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

A garantia da qualidade no ensino superior deixou de ser um tema apenas administrativo ou normativo; ela passou a ocupar uma posição central nas reflexões sobre a governança e a sustentabilidade institucional das universidades. No contexto brasileiro, essa discussão não ocorre de forma isolada, mas atravessa as estruturas de gestão das Instituições de Ensino Superior (IESs) e se entrelaça com o campo mais amplo da regulação educacional. A diversidade institucional do sistema, moldada por diferentes arranjos jurídico-administrativos, impõe um cenário altamente competitivo, no qual se destacam as disputas por legitimidade, recursos e reconhecimento social.

Dentro desse panorama, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes (Brasil, 2004) desponta como um artefato político e técnico de primeira ordem. Ao propor uma avaliação sistêmica baseada em dimensões que abrangem tanto a instituição quanto os cursos e o desempenho discente, ele estrutura as relações entre regulação, avaliação institucional e supervisão de forma interdependente. Embora esse sistema tenha sido concebido para fortalecer a autoavaliação como eixo articulador, observa-se uma crescente distorção provocada pelo peso atribuído a indicadores como o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC). Tais instrumentos, derivados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), muitas vezes passam a ser interpretados como representativos da qualidade total das IES, de modo que reduz a complexidade da instituição a um score regulatório.

Sob a ótica das influências do Sinaes (Brasil, 2004), ao longo do processo de consolidação e das sucessivas modificações em seus instrumentos, observa-se que as IES têm encontrado margens de manobra institucionais para ajustamento aos padrões estabelecidos. Esse movimento se alinha ao referencial da teoria neoinstitucionalista, especialmente à luz das pressões coercitivas, normativas e miméticas descritas por DiMaggio e Powell (1983). A adoção de práticas institucionalizadas não apenas indica

uma tendência de padronização organizacional, mas também funciona como estratégia de sobrevivência no ambiente regulado. Práticas organizacionais são adotadas com vistas à obtenção de legitimidade, mesmo que não estejam necessariamente integradas à prática operativa do cotidiano institucional (Meyer; Rowan, 1977; Zucker, 1977).

## LEGITIMAÇÃO, DIFERENCIAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO

Tais processos adaptativos não se desenvolvem de forma homogênea. Pelo contrário, eles são fortemente moldados por fatores como porte institucional, natureza jurídica, disponibilidade de recursos e capacidades organizacionais específicas. Enquanto instituições públicas operam sob intensas pressões coercitivas dos órgãos reguladores, as privadas lidam com lógicas normativas impostas pelo mercado educacional e com o mimetismo em relação a instituições de referência. Isso explica por que algumas IES respondem de forma estratégica às avaliações externas, de maneira que investem na constituição de departamentos de gestão da qualidade e em processos sistemáticos de melhoria contínua, enquanto outras optam por caminhos mais reativos ao priorizarem a adequação mínima a critérios regulatórios.

As avaliações positivas do Sinaes (Brasil, 2004), em particular, tornaram-se catalisadoras da construção de legitimidade institucional. Estudos recentes como os de Pedro, Leitão e Alves (2021a; 2021b) demonstram que essa legitimidade é percebida como um ativo fundamental por stakeholders internos e externos. Em um ecossistema no qual reputação e reconhecimento social influenciam diretamente a sustentabilidade institucional, boas avaliações contribuem para a consolidação de uma imagem organizacional forte, de modo que favorece parcerias, financiamento e adesão discente. Isso também se expressa no uso de rankings e métricas de desempenho como instrumentos de marketing e posicionamento competitivo (McLaughlin; McLaughlin; McLaughlin, 2018).

O debate sobre a efetividade das práticas de garantia de qualidade, contudo, revela tensões importantes. Muitos autores destacam o risco

de que as exigências regulatórias conduzam a processos de desacoplamento entre o discurso institucional e as práticas concretas. Meyer e Rowan (1977) e Zucker (1977) alertam para a institucionalização de estruturas simbólicas que garantem legitimidade, mas pouco impactam o cotidiano da gestão pedagógica e acadêmica. Essa crítica é particularmente pertinente em contextos nos quais a conformidade normativa se sobrepõe à busca genuína por inovação, como apontam Neave e van Vught (1991) e El-Khawas (1998).

Este ensaio constitui um recorte de um estudo em desenvolvimento que investiga as interações entre regulação, avaliação institucional e estratégias de gestão universitária. Ao integrar aportes da teoria neoinstitucional com evidências empíricas e reflexões críticas a respeito do campo educacional brasileiro, busca-se contribuir com uma compreensão mais sofisticada dos mecanismos de adaptação das IES. Em última instância, trata-se de lançar luz sobre as interfaces regulatórias que, mais do que limitar, têm o potencial de induzir transformações estruturais e simbólicas nas universidades, a fim de reafirmar a importância da avaliação como instrumento de regulação inteligente, dialógica e orientada à melhoria institucional contínua.

## PRESSÕES INSTITUCIONAIS, AJUSTES ESTRATÉGICOS E PADRÕES DE LEGITIMIDADE

Na complexa malha institucional do ensino superior brasileiro, a adaptação das IES às exigências regulatórias do Sinaes (Brasil, 2004) revela um arranjo de estratégias que vão além da mera conformidade normativa. O que se observa, a partir de um conjunto expressivo de evidências empíricas, é a constituição de respostas organizacionais marcadas por práticas isomórficas, tendências de desacoplamento e diferenciações estruturais que impactam diretamente a percepção de legitimidade institucional.

Foram observados comportamentos adaptativos em 160 IES brasileiras a partir da aplicação de um instrumento analítico com foco nas dimensões fundamentais da teoria neoinstitucional. Elementos como alinhamento às normas regulatórias, práticas cerimoniais e resposta às avaliações externas foram observados, o que permitiu identificar padrões

de comportamento institucional diante das pressões exercidas pelo Sinaes (Brasil, 2004). Entre os achados, destacam-se os efeitos do porte institucional sobre a confiança dos stakeholders: instituições maiores, dotadas de estruturas mais robustas, apresentam maior convergência com os padrões esperados, enquanto IES de pequeno porte demonstram variabilidade elevada e menor alinhamento percebido.

Além disso, embora a frequência das avaliações externas (anual, bienal ou trienal) não tenha se mostrado um fator estatisticamente determinante para a variação na confiança institucional, ela sugere a presença de práticas que mantêm políticas formais dissociadas da realidade operacional — fenômeno descrito como desacoplamento por Meyer e Rowan (1977). Essa dissonância entre discurso e prática sinaliza que as exigências regulatórias, ainda que internalizadas, nem sempre provocam transformações profundas no cotidiano institucional, visto que operam mais como mecanismos simbólicos de legitimação externa.

Outro ponto que merece destaque é a correlação positiva entre a confiança dos stakeholders internos e a percepção de melhoria na reputação institucional em função das avaliações positivas do Sinaes (Brasil, 2004). Essa relação evidencia o papel central das avaliações externas como mecanismos de reforço da imagem institucional, de forma que impacta diretamente sua atratividade no cenário educacional. As instituições que logram transmitir confiança interna parecem mais propensas a projetar, externamente, uma imagem de qualidade, conforme apontam estudos como os de Del-Castillo-Feito, Blanco-González e González (2020) e Pedro, Leitão e Alves (2022).

## DINÂMICAS DIFERENCIADAS E IMPLICAÇÕES PARA A REGULAÇÃO INTELIGENTE

As respostas institucionais às pressões regulatórias não são homogêneas. Elas variam em função de recursos disponíveis, cultura organizacional, estrutura de governança e histórico institucional. Ao se analisar a variação entre instituições públicas e privadas, bem como entre IES de diferentes portes, identifica-se uma tendência clara: quanto maior a ca-

pacidade estrutural e técnica, maior o alinhamento às normas e maior a confiança interna gerada. IES públicas de grande porte tendem a apresentar os maiores índices de confiança, enquanto IES privadas de pequeno porte ocupam a faixa inferior desse espectro.

Essas evidências reforçam o argumento de que a regulação deve considerar os contextos institucionais de forma mais refinada. Modelos uniformes de avaliação, aplicados de maneira indistinta, tendem a penalizar as IES com menor capacidade de resposta e, assim, perpetuam-se desigualdades e limita-se o potencial transformador do processo avaliativo. Por outro lado, quando bem articulada, a avaliação pode se constituir como mecanismo inteligente de indução à melhoria contínua, desde que ancorada na compreensão das realidades institucionais e orientada por princípios de equidade e desenvolvimento.

A relação entre confiança, reputação e porte institucional, por exemplo, mostra-se clara e consistente. Diante disso, é evidente que a percepção positiva do desempenho institucional não é apenas resultado de indicadores formais, mas também de processos organizacionais mais amplos que conferem sentido às práticas avaliativas.

Dessa forma, reafirma-se a importância de que a regulação e a avaliação institucional operem como dispositivos estratégicos para o fortalecimento das IES — não somente como instrumentos de controle, mas também como mecanismos de reconhecimento e incentivo ao aperfeiçoamento institucional. A leitura integrada dos dados, à luz da teoria neoinstitucional, possibilita compreender como as pressões coercitivas, normativas e miméticas configuram trajetórias organizacionais diversas e como essas trajetórias se refletem na percepção de legitimidade e sustentabilidade institucional no contexto brasileiro.

## A RECONFIGURAÇÃO DA AÇÃO INSTITUCIONAL SOB PRESSÃO REGULATÓRIA: SENTIDOS E EFEITOS DA AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

Os achados derivados da modelagem estatística aplicada neste estudo reforçam a compreensão de que a regulação, no contexto do ensino superior brasileiro, além de ser um instrumento de controle, é também um

mecanismo de indução à transformação organizacional. Os dados indicam que as práticas adotadas pelas IES diante das avaliações externas não se dão de forma aleatória, mas respondem a padrões regulares de comportamento institucional que se alinham ao referencial teórico neoinstitucional. Nesse sentido, o Sinaes opera como vetor estratégico ao interferir nas dinâmicas organizacionais, de modo a influenciar escolhas e promover uma reconfiguração simbólica e operacional nas estruturas universitárias (Brasil, 2004).

Entre os elementos evidenciados, destaca-se a relação entre o porte das instituições e os níveis de confiança percebidos por stakeholders internos. Instituições maiores tendem a demonstrar maior alinhamento com os padrões estabelecidos, o que sugere a adoção de práticas isomórficas em busca de conformidade regulatória e reconhecimento simbólico. Essa conformidade, que ganha força principalmente entre as instituições com maior capacidade organizacional e recursos, pode ser compreendida à luz de DiMaggio e Powell (1983), como um reflexo das pressões coercitivas e miméticas que orientam a ação institucional em ambientes altamente regulados. O alinhamento percebido não é apenas uma resposta instrumental, mas também uma estratégia de inserção e competitividade em um ecossistema em que a reputação e a legitimidade institucional são ativos centrais.

Por outro lado, os dados também sinalizam um fenômeno recorrente de desacoplamento (*decoupling*), tal como problematizado por Meyer e Rowan (1977) e aprofundado por Zucker (1977). Trata-se da desconexão entre o discurso normativo — materializado em políticas e planos formais — e as práticas efetivamente implementadas. As IES, pressionadas pela necessidade de apresentar conformidade, acabam por adotar soluções simbólicas que nem sempre se traduzem em mudanças estruturais. A cultura do “para o MEC ver” ganha espaço e sugere que a pressão regulatória, longe de induzir inovações substantivas, pode alimentar a reprodução de rotinas cerimoniais que reforçam a imagem de aderência, mas fragilizam a integração entre política e prática institucional.

Esses movimentos não são homogêneos. A confiança dos stakeholders internos — entendida como indicador de legitimidade institucional — revela-se significativamente mais presente em instituições públicas e de grande porte, nas quais a percepção de estabilidade e previsibilidade é mais consoli-

dada. Essa observação corrobora os argumentos de Meyer e Rowan (1977), segundo os quais a previsibilidade de recursos e a robustez da estrutura institucional operam como bases simbólicas para a construção de legitimidade. No ambiente das IES públicas, sobretudo as estatais, essa legitimidade é reforçada tanto pela estabilidade dos fluxos de financiamento quanto pela tradição acadêmica que ancora sua reputação institucional.

De forma complementar, os dados demonstram que avaliações externas bem-sucedidas fortalecem a reputação institucional percebida, o que repercute diretamente na confiança de diferentes públicos. O vínculo entre avaliações positivas e melhoria da imagem institucional, como destacam Del-Castillo-Feito, Blanco-González e González (2020) e Pedro, Leitão e Alves (2022), não se restringe ao campo simbólico, mas gera efeitos concretos no fortalecimento da posição institucional no campo do ensino superior, visto que favorece parcerias, atração de talentos e obtenção de recursos. A avaliação, nesse sentido, não é apenas uma ferramenta de diagnóstico, mas também um instrumento que ressignifica a presença pública da instituição.

Por fim, observa-se que os padrões de ação das IES resultam de uma leitura estratégica do ambiente e da institucionalização de normas e práticas originadas do Sinaes. Mesmo quando não há convergência entre as exigências regulatórias e os documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), há um movimento de incorporação tácita dessas exigências como parte da cultura organizacional. Conforme argumentam Meyer e Rowan (1977) e Zucker (1977), esse processo de internalização simbólica das normas externas redefine o ethos institucional e, conseqüentemente, moldam práticas, discursos e estruturas de governança, mesmo quando não formalmente explicitadas. Trata-se, portanto, de uma adaptação que vai além da obediência regulatória, uma vez que revela a profunda influência da avaliação sobre a constituição da identidade organizacional no ensino superior brasileiro contemporâneo.

## CONSIDERAÇÕES

As contribuições da teoria neoinstitucional permitem compreender as instituições de ensino superior como organizações imersas em con-

textos regulatórios e simbólicos que orientam seus comportamentos para além da racionalidade técnica. A ação institucional, neste cenário, é perpassada por pressões que moldam estruturas e práticas, especialmente quando a legitimidade e o reconhecimento social estão em disputa. Assim, mesmo diante de distintas missões, naturezas jurídicas ou formatos organizacionais, as universidades respondem a influências do ambiente institucional que reconfiguram seus caminhos estratégicos e operacionais.

O Sinaes surge nesse momento como instrumento de avaliação e como agente modelador das ações das IES. Ao delimitar padrões, definir indicadores e fomentar processos periódicos de julgamento externo, ele se estabelece como vetor de transformação e reposicionamento. A análise dos resultados oriundos de 160 instituições de ensino superior evidencia que, embora a regulação vise a assegurar qualidade, sua principal consequência tem sido a padronização de práticas e a indução de movimentos isomórficos.

Instituições de maior porte, ao responderem às exigências regulatórias, tendem a replicar modelos de sucesso amplamente reconhecidos, sobretudo no campo das práticas formais e da estruturação de seus sistemas de qualidade. A influência das pressões miméticas e normativas é clara nesse processo, como postulam DiMaggio e Powell (1983). A conformidade, nesse contexto, funciona como capital simbólico, para potencializar a percepção de eficiência e fortalecer a confiança dos stakeholders internos, mesmo que os efeitos operacionais dessas práticas nem sempre se traduzam em mudanças substanciais.

Por outro lado, os dados revelam uma tensão entre os discursos formais de conformidade e a realidade institucional, o que sugere o fenômeno do desacoplamento — conceito central na obra de Meyer e Rowan (1977). A pressão para atender aos critérios externos, especialmente em instituições com menor capacidade organizacional, leva à adoção de práticas superficiais, desvinculadas dos planos estratégicos e do PDI. Esse cenário alimenta uma cultura institucional voltada à aparência de aderência, de maneira que corrói o potencial emancipador da avaliação e fragiliza a construção de políticas educacionais enraizadas na missão institucional.

Ainda assim, a avaliação externa tem sido eficaz na geração de ativos simbólicos. A percepção de reputação institucional e o fortalecimento da imagem pública das instituições ganham fôlego diante de bons resultados nos rankings e indicadores do Sinaes. A elevação da confiança dos públicos internos, apontada por pesquisas como a de Pedro, Leitão e Alves (2021a; 2021b), evidencia que a legitimidade não é apenas construída por qualidade substantiva, mas também por sinais de conformidade e desempenho regulatório. Avaliações positivas, portanto, consolidam-se como catalisadores de credibilidade e diferencial competitivo no ecossistema do ensino superior.

Outro ponto destacado é a diferença nas respostas institucionais em função do tipo e do porte das IES. As instituições públicas, em especial as estatais de grande porte, demonstram maior capacidade de adaptação às exigências do Sinaes. Isso decorre, em parte, da previsibilidade de recursos e da estabilidade organizacional que caracterizam essas organizações. O reconhecimento de sua legitimidade histórica e sua robustez institucional facilitam o alinhamento a padrões regulatórios, como evidenciado nos modelos mais bem avaliados.

A análise, então, revela que as práticas regulatórias moldam profundamente a cultura de gestão universitária. O Sinaes, ao estabelecer diretrizes e métricas, torna-se uma força transformadora que redefine prioridades, orienta investimentos e influencia a identidade organizacional. Ainda que esse movimento amplie a visibilidade da avaliação, também acirra o risco de captura simbólica da qualidade — ou seja, de uma aderência formal sem transformação substantiva.

Dessa forma, é necessário reforçar o caráter formativo da avaliação institucional. O potencial do Sinaes não reside apenas em sua capacidade de ordenar o sistema, mas também em sua função de induzir inovação e responsabilização ampliada. A regulação inteligente, para ser efetiva, deve ser menos um instrumento de vigilância e mais um catalisador de aprimoramento contínuo, alinhado às especificidades, à missão e à vocação institucional de cada universidade.

## REFERÊNCIAS

ALEIXO, A. M.; AZEITEIRO, U. M.; LEAL, S. Conceptualization of Sustainable Higher Education Institutions Roles Barriers and Challenges for Sustainability: An Exploratory Study in Portugal. **Journal of Cleaner Production**, v. 172, p. 1664-1673, 2018.

ALEIXO, A. M.; LEAL, S.; AZEITEIRO, U. M. UN Decade of Education for Sustainable Development: Perceptions of Higher Education Institution's Stakeholders. In: LEAL FILHO, W. **Handbook of Sustainability Science and Research**. Springer, 2017. p. 417-428. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-3-319-47877-7\\_28](https://doi.org/10.1007/978-3-319-47877-7_28). Acesso em: 03/03/2025

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 1, 15 abr. 2004.

CARVALHO, T.; SANTIAGO, R. **Professionalism Managerialism and Reform in Higher Education and the Health Services**: The European Welfare State and the Rise of the Knowledge Society. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

DEL-CASTILLO-FEITO C.; BLANCO-GONZÁLEZ A.; DELGADO-ALEMANY R. The Relationship between Image Legitimacy and Reputation as a Sustainable Strategy: Students' Versus Professors' Perceptions in the Higher Education Sector. **Sustainability**, v. 12, n. 3, p. 11-89, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12031189>. Acesso em: 10/03/2025

DEL-CASTILLO-FEITO C.; BLANCO-GONZÁLEZ A.; GONZÁLEZ A. M. The Impact of Corporate Social Responsibility on Customer Loyalty in Hypermarkets: A New Approach Based on a Cause-Related Marketing Campaign. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 27, n. 4, p. 1908-1917, 2020.

DILL, D. D. Quality by Design: Towards a Framework for Academic Quality Management. In: SMART J. C. **Higher Education**: Handbook of Theory and Research. New York: Agathon Press, 1992.

DILL, D. D.; SOO, M. Transparency and Quality in Higher Education Markets. In: TEICHLER, U.; EMMERMAN, J. C. **Higher Education in a Globalized Society**. p. 61-85. London: Routledge, 2011.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2095101>. Acesso em: 15/03/2025.

EL-KHAWAS, E. Accreditation in the USA: Origins Developments and Future Prospects. **European Journal of Education**, v. 33, n. 3, p. 239-255, 1998.

EL-KHAWAS, E. Quality Assurance as a Policy Instrument: What's Ahead? In: TEICHLER, U.; YOKOYAMA, K. **The Changing Academic Profession**. p. 217-232 Dordrecht: Springer, 2013.

HAIR, J. F. *et al.* **Multivariate Data Analysis**. 7th ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2010.

KLINE, R. B. **Principles and Practice of Structural Equation Modeling**. 3rd ed. New York: Guilford Press, 2015.

KOGAN, M.; HANNEY, S. **Reforming Higher Education**. London: Jessica Kingsley Publishers, 2000.

LIMA, L. C. Avaliação das Políticas Públicas de Educação: uma análise do impacto do PROUNI nas instituições privadas de ensino superior. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 4, p. 1001-1020, 2016.

McLAUGHLIN, G. W.; McLAUGHLIN, J. S.; McLAUGHLIN, J. E. Higher Education Institutional Rankings: Evaluating Their Credibility for Branding and Marketing. In: **M. B. Paulsen, Higher Education: Handbook of Theory and Research** (pp. 499-533). Springer, 2018. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-3-319-58527-7\\_11](https://doi.org/10.1007/978-3-319-58527-7_11). Acesso em: 18 abr. 2025

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/226550>. Acesso em: 19 abr. 2025

NEAVE, G.; VAN VUGHT, F. A. **Prometheus Bound: The Changing Relationship between Government and Higher Education in Western Europe.** Oxford: Pergamon Press, 1991.

NUNES, M. T.; AMARAL, A. Challenges in the implementation of external quality assurance: The case of a small-sized university in Brazil. **Quality in Higher Education**, v. 21, n. 2, p. 121-139, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13538322.2015.1052779>. Acesso em: 20 abr. 2025

OECD. **Education in Brazil: An International Perspective.** Paris: OECD Publishing, 2018.

OLIVER, C. Strategic Responses to Institutional Processes. **Academy of Management Review**, v. 16, n. 1, p. 145-179, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.5465/amr.1991.4279002>. Acesso em: 20 abr. 2025

PEDRO, L.; LEITÃO, J.; ALVES, H. Can Higher Education Institutions' Stakeholders Drive Regional Sustainable Development? Yes They Can?! **IEEE Transactions on Engineering Management**, v. 68, n. 4, p. 1131-1143, 2021a. Disponível em: <https://doi.org/10.1109/TEM.2021.3103285>. Acesso em: 20 abr. 2025

PEDRO, L.; LEITÃO, J.; ALVES, H. Higher Education Institutions and Sustainable Development: A Review of the Stakeholders' Perspective. In: LEAL FILHO W. **Handbook of Theory and Practice of Sustainable Development in Higher Education.** p. 109-126. Springer, 2021b.

PEDRO, L.; LEITÃO, J.; ALVES, H. Stakeholders' Perceptions of Sustainable Development in Higher Education Institutions. **Sustainability**, v. 14, n. 3, p. 1-20, 2022.

RISTOFF, D.; GIOLO, J. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): desafios e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 925-944, 2006.

SÁ, M. J.; TAVARES, O. Higher education institutions' responses to quality assessment: Differentiation and integration. **Tertiary Education and Management**, v. 24, n. 2, p. 123-136, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13583883.2018.1445927>. Acesso em: 21 abr. 2025.

SCHUMACKER, R. E.; LOMAX, R. G. **A Beginner's Guide to Structural Equation Modeling.** 4th ed. New York: Routledge, 2016.

SCOTT, W. R. **Institutions and Organizations: Ideas and Interests**. 3rd ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2008.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R. Avaliação e regulação na educação superior brasileira: um balanço das reformas nos governos FHC e Lula. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 106, p. 931-952, 2009.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. Institutional Sources of Change in the Formal Structure of Organizations: The Diffusion of Civil Service Reform 1880-1935. **Administrative Science Quarterly**, v. 28, n. 1, p. 22-39, 1983.

TRINDADE, H. Interesses corporativos na Universidade: o caso da UFRGS. **Educação & Sociedade**, v. 20, n. 68, p. 78-105, 1999.

ZUCKER, L. G. The Role of Institutionalization in Cultural Persistence. **American Sociological Review**, v. 42, n. 5, p. 726-743, 1977.